

# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 82/23

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO E COMARCA DE BARUERI, DO ESTADO DE SÃO PAULO, FAZ PUBLICAR O SEGUINTE AUTÓGRAFO DE LEI:

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO E COMARCA DE BARUERI, RESOLVE: APROVAR, NOS SEUS TERMOS, O **PROJETO DE LEI Nº 85/23**, DE AUTORIA DO CHEFE DO EXECUTIVO, QUE PROÍBE A FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE CEROL OU LINHA CHILENA EM LINHA OU CORDÃO PARA EMPINAR PIPA, NO MUNICÍPIO DE BARUERI.

## **A CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam proibidos, no âmbito municipal em qualquer área pública ou privada, o uso, a posse, o transporte, a comercialização e a fabricação de cerol com a finalidade de transformar qualquer tipo de cordão, em linha cortante, para empinar pipas.

**Art. 2º** Considera-se para o fim desta lei:

I – Cerol: mistura de cola ou qualquer substância glutinosa com pó de vidro, quartzo, limalha de ferro, carbeto de silício, óxido de alumínio ou material análogo, moído ou triturado, com a finalidade de propiciar corte ao ser impregnado em linha de qualquer tipo.

II – linha cortante: linha conhecida como linha 10, linha chilena, linha indonésia ou qualquer fio similar que quando impregnado ou não com cerol, possui capacidade cortante.

III – pipa: brinquedo que consiste numa armação leve de varetas recoberta de papel ou plástico ou qualquer outro material, e que se empina no ar por meio de uma linha ou cordão; arraia, caífa, pandorga, pipa ou raia.

**Art. 3º** O descumprimento do disposto nesta lei implica aos infratores ou seus responsáveis a apreensão dos objetos e a aplicação das seguintes penalidades:

I – em caso de comercialização por pessoa jurídica:

- a) Multa administrativa de 75 (setenta e cinco) Unidades Fiscais de Barueri – UFIBs;
- b) Em caso de reincidência, as multas são aplicadas em dobro e ocorre a cassação do certificado de Licenciamento Integrado ou da Licença de Funcionamento.

II – em caso de comercialização por pessoa física:

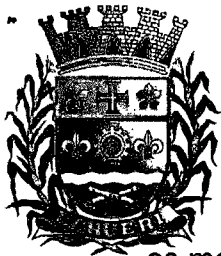
- a) Multa administrativa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Barueri – UFIBs, aplicadas em dobro em caso de reincidência.

III – em caso de utilização:

- a) Multa administrativa de 25 (vinte e cinco) Unidades Fiscais de Barueri – UFIBs, aplicadas em dobro em caso de reincidência.

Fls. Nº 12  
Proc. Nº 28321/2023





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

Parágrafo único. Para os casos previstos nos incisos I, II e III, todos os materiais que condicionem a linha cortante, incluindo os carretéis, carretilhas ou similares, as pipas que contiverem cerol em suas partes e todos os insumos e as máquinas utilizadas para a produção do cerol, devem ser apreendidos.

**Art. 4º** A prática de quaisquer ações tipificadas no artigo 1º, por crianças ou adolescentes, é de inteira responsabilidade de seus pais, tutores ou responsáveis, em conformidade com o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 5º** Cabe à Guarda Civil Municipal de Barueri o exercício do poder de polícia, em especial a fiscalização do cumprimento desta lei e a aplicação de sanção.

**Art. 6º** A Secretaria de Educação deve promover campanhas informativas na rede municipal de ensino, inclusive visual, com o objetivo de conscientizar os docentes acerca do perigo à coletividade do uso ou fornecimento do "cerol" ou da "linha chilena", de maneira a desenvolver o hábito e atitude que preserve a vida humana e a incolumidade física, aplicado inclusive à flora e à fauna.

Parágrafo único. A campanha visual de que trata o caput pode ser realizada por meio de placas, banners, folhetos, publicação em jornal oficial, entre outros.

**Art. 7º** O Poder Executivo deve regulamentar a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua promulgação.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução desta lei correm por conta de dotações orçamentárias próprias.

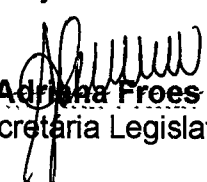
**Art. 9º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 10** Fica revogada a Lei nº 1.384, de 3 de outubro de 2003, alterada pela Lei 2.054, de 4 de abril de 2011.

Câmara Municipal de Barueri, 26 de novembro de 2023.

  
Antonio Furlan Filho  
Presidente

Publicado e registrado na Administração da Câmara Municipal de Barueri, em data supra.

  
Adriana Froes  
Secretária Legislativa



Fis. Nº 13  
Proc. Nº 28.321/2023